



***O JACARÉ BANGÃO: UMA LENDA DA ORATURA
ANGOLANA***

***O JACARÉ BANGÃO: A LEGEND OF THE ANGOLAN
ORATURE***

Sérgio de Carvalho Rodrigues¹

Recebimento do texto: 13/08/2017

Data de aceite: 20/10/2017

RESUMO: Este artigo analisa a sobejamente conhecida narrativa *O jacaré bangão*, um texto eminentemente oral, há muito tempo, enquadrado na oratura angolana, embora conheça já alguns registos escritos. Partimos de um quadro conceptual no qual incluímos: a oratura, a lenda, o conto e o mito, com o objetivo de encontrar uma classificação que a ela se adequasse, tendo em conta as diversas versões, o que nos impossibilitou de recorrer a Roman Ingarden para uma compreensão cabal dos aspetos estéticos na verificação dos seus diferentes estratos. Assim sendo, não perdemos de vista a linha estruturalista de Genette e Propp, o que nos permitiu verificar questões de ordem genológicas da narrativa e apontar aspetos históricos e sociais incontornáveis de Angola para chegarmos a sua relevância para a região na qual ela se inscreve e para o país inteiro.

PALAVRAS-CHAVE: jacaré bangão; oratura angolana; lenda; texto; Caxito.

ABSTRACT: This article analyses the well-known narrative *O jacaré bangão*, a prominently oral text, framed in Angolan orature for a very long time, although it has already some written records. We started from a conceptual framework, in which we included: the orature, the legend, the short story and the myth, aiming to find a classification for it. We took into consideration the different versions and that made difficult to reach for Roman Ingarden to fully understand the aesthetic aspects when verifying its different strata. Thus, we considered Genette and Propp structuralist direction, which made possible to verify genre issues of the narrative and mention essential historical and social aspects of Angola, so that we could reach its relevance to the region and to the whole country.

KEYWORDS: jacaré bangão; Angolan orature; legend; text; Caxito.

¹Doutorando em Literatura pela Universidade de Évora. E-mail: serdriguescar@gmail.com.



Um tema como o apresentado exige a operação de alguns conceitos, mas antes de chegarmos a eles, é essencial dizer que este texto visou analisar a narrativa ficcional *O Jacaré Bangão* e verificar a sua relevância, tanto para a região a que ela se refere como para Angola toda, buscando aferir breves aspectos históricos e sociais incontornáveis do país, sem perder de vista a sua dimensão estética ou, para referir Schmidt (1982: p. 49-55), convenção E, com o objetivo de classificá-la.

Depois da auscultação, transcrição, várias leituras da nossa sucinta recolha e de outras já existentes da mesma narrativa, a pesquisa documental permitiu-nos dar sequência às primeiras leituras e fazer uma breve recolha bibliográfica especializada para o exercício hermenêutico necessário.

Foram apresentadas algumas considerações conceptuais ligadas à oratura, na generalidade, e à lenda.

Considerámos a versão recolhida que pouco difere de uma já existente e, com a necessária brevidade, fizemos referência a outras versões da mesma narrativa ficcional para um melhor enquadramento histórico e sociológico, que nos remeteu ao século XIX, durante a colonização portuguesa em Angola, como atestam o próprio texto e outras referências feitas ao longo do deste trabalho.

A necessidade de abordar este tema veio da carência de estudos sobre a narrativa *O jacaré bangão*, o que, certamente, pressupõe que, quanto à bibliografia especializada, também teremos em conta alguns estudos sobre as lendas de lugares diversos para algumas considerações teóricas, sem sair do contexto angolano.



Usamos com mais frequência, e com certa preferência, a designação oratura, conforme a proposta de Piu Zimiro, linguista ugandês, que a entendia como “the use of utterance as an aesthetic means of expression” (*apud* Thiong’o, 1998, p. 111). Este uso do discurso como um meio de expressão estético é que permite que esta narrativa seja, frequentemente, apresentada ao leitor de modo diverso, possibilitando a existência de versões diferentes e teremos sempre uma narração diferente, ainda que o orador seja o mesmo. Cada orador apresenta-a fazendo uso dos seus próprios recursos discursivos e mnemônicos.

A concisão necessária neste trabalho impossibilita a apresentação da versão recolhida junto de um conhecido nacionalista septuagenário angolano de nome Benvindo Samuel de Carvalho e das outras já existentes, como aquela apresentada por Ferreira (2010: n. p.) e outras versões existentes como as do sítio de internet do Governo Provincial do Bengo.

Como ponto de partida, vamos considerar o conceito de texto como entidade semiótica de Aguiar e Silva (2008: p. 562), para nos permitir entrar no domínio da oratura e afirmar que, embora a narrativa já tenha sido fixada pela escrita, estamos diante do texto oral. Partindo do conceito, vamos analisar alguns aspetos da narrativa para esclarecer algumas dúvidas.

O conceito de (Parafita, 1999: p. 94) – segundo o qual a lenda é uma narrativa transmitida por tradição oral de fatos ou acontecimentos vistos como tendo um fundo de verdade, pelo que são objetos de crença pelas comunidades a que respeitam – dá já algumas respostas claras sobre o que nós encontramos sobre e n’*O jacaré bangão*.



Em Angola, algumas dúvidas, algumas vezes, ainda se verificam quando se fala sobre o jacaré que, na cidade de Caxito, pagou imposto. As dúvidas são sobre a impossibilidade, que a realidade põe a um jacaré, de pagar imposto; sobre o fato de ter acontecido mesmo naquela cidade da província do Bengo e ainda sobre a época, pondo-se, assim, em causa uma das narrativas mais conhecidas da oratura angolana.

A partir da pertinência do título, entendemos a necessidade de propormos a apresentação de um outro que descarte alguma dúvida quanto à classificação desta narrativa. Algumas versões classificam-na, a partir do título, como estória e um exemplo é o que encontramos em Ferreira (2010: n. p.), mas em outros casos é entendida como mito.

Para uma análise adequada d'*O jacaré bangão*, como aqui designamos, é necessário antes saber as suas características, de modo a atestar a sua classificação e identificar a sua tipologia, o que tornará possível saber definitivamente se se trata de lenda ou conto, como muitas vezes é classificada.

Um breve olhar sobre as características do texto da narrativa em causa permite-nos classificá-la acertadamente, embora não possamos fazê-lo sem recorrermos ao conceito de lenda já antes enunciado, por isso mesmo, sem mais o repetir, ou ao de conto popular que nos leva a concordar que “não é fácil definir um conto popular”, como afirma (Parafita, 2001: p. 13) que apresenta quatro razões para esta dificuldade, embora o conto tido como literário seja, na perspectiva de Moisés (2006: p. 37), do prisma da história e da sua essência, a matriz da novela e do romance, o que, certamente, não quer dizer que deva transformar-se neles e, tal como a



novela e o romance, é irreversível: um conto nunca deixa de ser a narrativa que se engendra como tal, e a ele não deve ser reduzido nenhum romance ou novela. O conto constitui uma unidade dramática por se girar em torno de um único conflito, um único drama ou ação, de acordo com o mesmo autor.

Considerando as características, afirmaremos então que o conto popular ou conto literário consagrado, que se distinguem pelas circunstâncias em que os textos são (re)elaborados e pelo seu modo de transmissão e de difusão, apresentam um conjunto de propriedades comuns: narrativas breves, linguagem concisa, concentração numa ação principal, um número muito limitado de personagens, ou ambientes, domínio da narração sobre a descrição (Parafita, 2001: p. 15). É importante perceber que a lenda, tal como o mito, embora tenha como elemento fundamental o que se encontra nos conceitos apresentados, partilha também algumas características do conto popular mencionadas neste parágrafo. Por esta razão, encontramos tais traços n' *O jacaré bangão*.

No âmbito do conto oral e não só, um aspeto essencial é a ação dos personagens e, por isso,

L'étude des personnages selon leurs fonctions, leur division en catégorie et l'étude des formes de leur entrée en scène nous amènent inévitablement au problème général des personnages du conte. Nous avons montré plus haut qu'il fallait distinguer très nettement deux objet d'étude: les auteurs des actions et ces actions elles-mêmes. (Propp, 2015 : p. 106)



Não sendo, de todo uma particularidade dos contos, na lenda são indispensáveis os autores das grandes ações e as tais grandes ações.

Não perdendo a esteira de Malrieu (1996: p. 160-165), seguimos a ideia segundo a qual, quanto ao que a distingue de um mito, é o modo como a sociedade acolhe os relatos que lhe dá corpo, pois se as lendas abordam temáticas reais localizadas no espaço e no tempo, podendo incorporar elementos inventados e fantasiados, os mitos tratam de histórias consideradas verdadeiras pelas comunidades a que pertencem e são muitas vezes histórias sagradas que provêm da crença do povo desde os tempos mais antigos (Parafita, 2001: p. 21).

Assim, considerando as características da narrativa que estamos a analisar e, principalmente, por ela ter sua origem num fato verídico, como é próprio da lenda, julgamos ser mais acertado que seja classificada como tal.

Uma das características, embora não tenha grandes personagens históricas do país, como aponta Núñez e Trindade (1997: p. 126), leva-nos integrá-la nas lendas históricas pelo fato de nos apresentar uma temática histórica e, principalmente, pela interpretação apresentada sobre os aspetos históricos, fazendo uma reconstrução desde o presente. Além destes aspetos, importa lembrar que, embora não seja uma grande personagem histórica, o antagonista, chefe de posto, é uma figura que decorre de uma função dentro do aparelho colonial.

É possível encontrar nela a “dualidade – verdade histórica *versus* imaginação popular” de que nos fala Parafita (2001: p. 20) e os personagens



são seres bem definidos e bem representados na memória coletiva da comunidade angolana daquela região.

Os tempos de grandes dificuldades parecem, realmente, favorecer o surgimento de várias lendas. A área geográfica e a época – como é próprio da lenda, na explicação de vários autores – são localizáveis. Por conseguinte, podemos afirmar que a área geográfica respeitante a esta lenda é a cidade de Caxito, situada na província do Bengo, como é mencionado no seu texto, que não veremos de modo cabal. Por enquanto, fiquemos com a referência que nos diz que “um determinado chefe de posto do Caxito era implacável, feroz e desumano no modo como arrecadava o dito imposto” (Ferreira, 2010: n. p.). O caso é semelhante ao que acontece no conto oral, no qual temos, com frequência, uma definição espaço-temporal e outras referências ao espaço, como esclarece Propp (2015: p. 146-151), encontramos, n’*O jacaré bangão*, com frequência, a identificação do espaço e as referências a ele na narrativa são tão variadas que é possível indicar outra, segundo a qual “aconteceu que, vivia junto às margens do rio Dande, que serpenteia pela bela e orgulhosa cidade do Caxito, um ilustre jacaré que dava pelo nome de Sr. Ngandu” (Ferreira, 2010, n. p.). Não sendo suficiente, podemos recorrer a mais uma das muitas referências ao espaço que abundam no texto, apontando o que, na linha de Propp (2015: 152), representa a vitória sobre o agressor, ou seja, a fuga do chefe de posto, pois “os populares do Caxito, alertados pela fuga do Sipaio, haviam-se juntado à porta da Administração e a tudo isto assistiram” (Ferreira, 2010: n. p.). Está claro que o espaço da ação é a pequena cidade de Caxito, situada na província do Bengo.



Raramente, o texto desta narração especifica o tempo, embora deixe sempre algumas pistas. No entanto, realçamos que, no texto da recolha oral que fizemos, o nosso orador apresenta uma versão que esclarece que se trata de um caso que sucedeu em 1872. Pinto (2015: p. 518) indica o ano de 1875 para a abolição da escravatura em Angola e para o surgimento do primeiro Código do Trabalho Indígena, mas isso não invalida a referência anterior, pois o autor desconsidera outras referências importantes. Quando não temos esta referência temporal precisa, o texto indica que “esta estória aconteceu no tempo em que as autoridades coloniais portuguesas obrigavam com formas de extrema coacção o pagamento do Imposto Geral Mínimo a cada cidadão angolano” (Ferreira, 2010: n. p.).

É possível apontar qualidades estéticas elevadas nesta narrativa, se considerarmos antes o fato de o seu texto ser, como nos explica Reis (2008: p. 169), o resultado articulado, coerentemente, estruturado da enunciação da linguagem literária – e, neste caso, da oratura –, com características como: ficcionalidade, coerência, pluristatificação e intertextualidade, sendo que, esta última, preferimos substituir pela transtextualidade, que Genette (1992: p. 7) afirma ser “tout ce qui le met en relation, manifeste ou secrète, avec d’autres textes”, por se tratar de um tipo de transcendência do texto. A primeira característica justifica-se pela necessidade de suspensão da incredulidade que se impõe, que mais adiante retomaremos; a segunda, pela sequência sintagmática e coerência semântica garantida pela recorrência isotópica do discurso; a terceira, pela existência de diversos estratos; sendo a quarta justificada pelo diálogo que esta narrativa estabelece com outras da oratura, como o conto do jacaré que queria o coração do macaco ou outros



nos quais sai das águas um grande bem ou um grande mal e um exemplo é o conto *O peixarrão*, que faz parte da obra de Óscar Ribas intitulada *Sunguilando*. Importa lembrar da relação hipertextual estabelecida entre as diferentes versões d'*O jacaré bangão*, bem como dos outros tipos de relações transtextuais apresentados sem serem enunciados.

Embora se trate de um texto da tradição oral, procurámos antes ver a possibilidade de aplicar a fenomenologia dos estratos n'*O jacaré bangão*, porém, sem sucesso, pelo fato de não contarmos com uma só versão e por elas não terem ainda recebido o tratamento adequado para uma fixação publicável. Ingarden procurou uma estrutura fundamental que fosse comum aos textos literários, independente do seu estatuto ou mesmo do valor que a eles se pudesse atribuir. Teve em conta as noções da fenomenologia de Edmund Husserl e definiu a sua concepção do que não pertence à obra literária: “o autor com todos os seus destinos, vivências e estados psíquicos. Nomeadamente as vivências do autor durante a criação da sua obra não constituem elemento da obra criada”; as “qualidades, vivências ou os estados psíquicos do leitor”; “a esfera dos objectos e das situações, que porventura constituem o modelo dos objectos e das situações que aparecem na obra” (Ingarden, 1973: p. 38-42). Notámos novamente, ao recorrermos a Pinto (2015: p. 518), a importância dos aspetos descartados por Ingarden.

Para este mesmo autor, “a tentativa para se identificar a obra literária com uma multiplicidade de vivências psíquicas do autor é completamente absurda. As vivências do autor deixam de existir precisamente no momento em que a obra por ele criada começa a existir” (Ingarden, 1973: p. 30).



Para o que se pretende neste breve texto, não se adequa tal perspectiva, pois, verificaremos mais adiante as vivências da autora, que aqui é a comunidade a que essa narrativa pertence. Pretendemos dizer que a perspectiva do teórico anularia a nossa análise histórico-social que considerasse as vivências psíquicas da comunidade daquela região e do país. Bettelheim (2013: p. 9-34) dá suporte ao que referimos por último.

Na sequência do dualismo “real e ideal” o teórico determina “duas zonas fundamentais de objetos existentes: as coisas físico-materiais e os indivíduos psíquicos com as suas vivências e estados” (Ingarden, 1973: p. 33). Assim, “os objectos apresentados na obra de arte literária não podem ser integrados em nenhuma destas esferas de realidade. Não se integram na esfera psíquica, embora designados como “objectos da imaginação”, “objectos da fantasia”, se opõem ao mesmo tempo às experiências subjetivas, ficando assim de fato dissociados da esfera psíquica. No entanto, Aguiar e Silva (2008: p. 302) esclarece que o texto literário, o seu emissor e o seu código possuem uma historicidade própria, que não anula nem desqualifica a historicidade do recetor.

Retomámos a ideia inicial do parágrafo anterior para dizer que também não seria lícito situá-los na zona dos objetos físicos, visto que eles devem ser “meros objectos da imagem no fundo um nada” (Ingarden, 1973: p. 34). Um autor que se afasta da posição do último é Ricoeur (2016: p. 47), para quem a “despsicologização” da interpretação não pressupõe a perda de importância da noção do que se pode chamar significado autoral.

Assim, na sua perspectiva, o que podemos chamar de essência da obra literária deve ser vista como produção multiestratificada, tendo vários



estratos heterogêneos, isto é, um caráter polifônico, determinando assim quatro estratos: o das formações fônico-linguísticas, que diz respeito à palavra e à frase, sendo nele que os fonemas se articulam e operam contrastes, para constituir a melodia, o ritmo e o andamento do texto; o estrato das unidades de significação, que pressupõe o significado da palavra ou o sentido de uma formação linguística superior; o estrato das objetividades apresentadas, que inclui o que está representado na obra e que não se refere apenas ao que se percebe, podendo, deste modo, constituir-se de coisas, seres, pensamentos, sentimentos, etc.; o estrato dos aspetos esquematizados, que se caracteriza por uma aparência na qual visualizamos o objeto da representação. É uma seleção de um esquema das qualidades que auxiliam o leitor a intuir o objeto (Ingarden, 1973: p. 46).

É certo que estamos no âmbito da oratura, porém, é possível também nela encontrar um estrato das formações fônico-linguísticas, um estrato das unidades de significação, um estrato das objetividades apresentadas e um estrato dos aspetos esquematizados.

No entanto, quando levamos em conta as abordagens anteriores e considerando que “il n’y a pas de hors-texte” (Derrida, 1967: p. 227), descartamos a aplicação da fenomenologia dos estratos, para apresentarmos os marcos incontornáveis da história de Angola nessa lenda e a sua relevância para a comunidade.

Já nos referimos antes ao espaço e ao tempo, sendo que, para o último, seria possível pensar que o texto deixa algumas pistas que nos permitem saber que as suas raízes estão num fato que se deu nos últimos anos da época colonial em Angola, considerando um marco muito



importante que é a publicação, em 1968, do diploma legislativo nº 3844 sobre o Regulamento do Imposto Geral Mínimo. Outra informação aponta o Regulamento do Imposto Geral Mínimo, como diploma legislativo nº 3788, de 30 de dezembro de 1967. Contudo, é fundamental considerarmos o ano de 1872, como aponta o nosso orador, pois este é o ano da revolta dos Dembos, um município da província do Bengo (GPB², s/d., n. p.). Temos então um marco histórico que pode ser aliado ao decreto de abolição da escravatura de 25 de fevereiro de 1869, porque é sabido que a escravatura nas colónias do Reino de Portugal foi substituída por outras formas de subjugação.

Outra razão para a afirmação de que tal narrativa tem origem num fato que, realmente, aconteceu e teve lugar na província do Bengo vem do relato dos mais velhos daquela província, como o septuagenário antes referido, que nos servem de fonte para esta narrativa, já importante, do grande acervo da oratura de Angola, sendo uma das mais conhecidas do seu género.

Apenas pelos aspetos já tratados, classificámos esta narrativa como lenda, o que anula qualquer busca de comprovar a sua veracidade. Na esteira de Coleridge (2012: p. 90), entendemos que há, nestes casos, a necessidade de “garantir [...] aquela suspensão voluntária da descrença por um momento que constitui a fé poética”. Apontamos este aspeto para que se compreenda a incorreção de se falar numa versão “cientificamente aceitável”, como o faz João Francisco.

² Adotámos esta abreviatura para referir o Governo Provincial do Bengo.



Assim, seguimos, reconhecendo que o texto oral está em constante alteração, mesmo quando quem o enuncia é a mesma pessoa e, daí para surgimento de versões diferentes, o passo é mais curto. O relevante é que

Nos mitos e nas lendas que procuram servir de base aos costumes e de justificação aos ritos, por exemplo, aquilo que é afirmado é a manutenção da tradição. O objectivo não é abrir novas perspectivas para as actividades de grupo, mas sim caracterizar o futuro nos quadros dos comportamentos ancestrais, simultaneamente naturais e sobrenaturais. Fabrica-se, por conseguinte, um passado imaginário que possa servir de guia para os que estão vivos: estes apenas terão de recomeça-lo, identificando-se com as forças originais, nomeadamente nas cerimónias de consagração. A alteridade assim revelada não é outra senão um enraizamento: a sociedade visa o futuro sem o apreender francamente, virando-lhe as costas, por assim dizer. Ele é sempre o cerne da questão, é a incerteza nele contida que permanece sempre como o motor do imaginário, mas está coberto pelas normas do passado. (Malrieu, 1996: p. 131)

É certo que, pela multiplicidade de versões e até mesmo de caminhos interpretativos, o texto de uma lenda é “aberto” e, logicamente, pode levar a “uma infinidade de leituras sem, contudo, permitir uma leitura qualquer” (Eco, 2012: p. 81). Assim, entendemos que o texto da lenda d’*O jacaré bangão*, pela sua localização no tempo, no espaço e pelo contexto em que surge, leva-nos a crer que é uma forma de guardar na memória de uma comunidade, tradicionalmente oral, a história de um passado difícil, como forma de olhar para o futuro, tendo como recurso a imaginação, pois





Malrieu (1996: p. 129) afirma que o ato de imaginação, por ser projeção, consiste sempre na recuperação de um passado para transfigurá-lo, sem o propósito de o recomeçar, o que permite esta recuperação operar um movimento voltado para o futuro.

Esta lenda apresenta uma combinação de estética e questões ideológicas, exigindo as três competências do leitor propostas por Eco (1993) para que o mesmo leitor ou ouvinte saiba que aquele jacaré, quando não se faz referência à transformação, continua tendo características humanas. Sublinhamos este aspecto na lenda quando se refere que “um ilustre jacaré que dava pelo nome de Sr. Ngandu” vivia nas margens do rio Dande. Na sequência, o texto esclarece que se tratava de “um jacaré enorme, brigão, com fama de muito mal-humorado e sempre zangado, mesmo com a própria sombra” (Ferreira, 2010: n. p.).

Por esta razão algumas versões referem o momento da transfiguração. Julgamos que a nossa perspectiva converge com a de Bettelheim (2013: 223), pois ao nosso entender, essa lenda tem um desfecho feliz, permitindo além da fantasia, a recuperação, escape e consolidação.

Temos aqui, tal como refere Jolles (1996: 34), “*les idées, l’attitude existentielle, la disposition mentale qui donnent naissance à cet univers où la forme change les individus en sainte et les objets en reliques et parle de miracles*”, embora o nosso caso não seja de uma lenda religiosa, pelo que se propõe substituir santo por herói, sendo que a sua existência é centrada na ação.

O que se relata é, na verdade a luta contra a subjugação do povo angolano e, conseqüentemente, luta de libertação nacional angolana por



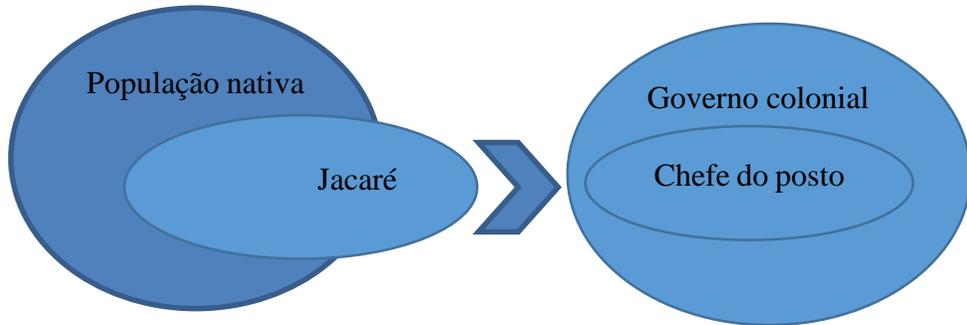
meio de uma lenda, pois se o jacaré tem características humanas estamos diante de uma personificação. Para confirmar, basta considerarmos a seguinte referência:

O Sr. Ngandu tinha tido em tempos uns desaguisados com as autoridades coloniais, queriam tirar a sua pele para mandar no Putu para fazer carteiras... e como chegou aos seus ouvidos a fama do dito Chefe de Posto o nosso jacaré resolveu fazer-lhe uma partida e aproveitar para se vingar daquela ignóbil humilhação quando lhe quiseram caçar para lhe roubar a pele e logo a ele, sim a ele, um crocodilo da mais alta linhagem das margens do Dande. (Ferreira, 2010: n. p.)

Tal citação traz mais evidente a prosopopeia que já antecipamos nos parágrafos anteriores. É fundamental lembrar que a população nativa da região, por estar relegada a uma condição social sub-humana decorrente dos preconceitos e do contexto histórico, recebia um tratamento pior do que aquele que se dava aos animais irracionais. Diferente das aceções propostas por Chevalier e Gheerbrant (2010: p. 243, 244), nesta lenda, o jacaré tem uma função simbólica libertadora, pois o chefe de posto era, para aquela população um estrangeiro e, conseqüentemente, era visto como rival para o jacaré.

Os atributos do protagonista podem variar conforme a versão, uma vez que cada orador apresenta a lenda conforme os seus recursos orais e mnemônicos.

Os personagens, no plano diegético, podem ser apresentados, de forma agrupada, num esquema. Assim temos a seguinte representação:



Com esta representação, pretendemos evidenciar que o jacaré, embora seja protagonista, é parte da população oprimida e o chefe de posto é parte do governo colonial. Se entendermos o jacaré como a parte de um todo que é a população nativa e o chefe de posto como uma parte de um todo que é o governo colonial, conforme referimos, será possível afirmar que estamos diante de uma sinédoque.

Nesta representação dos personagens, o número dois está presente, como acontece em outros textos orais e simboliza, deste modo, dois grupos antagônicos. Sem demora, entendemos que esta lenda representa uma premissa da independência de Angola e, conseqüentemente, representa uma premissa na luta de libertação nacional.

Eis o grande valor dessa lenda que já não representa só o Bengo, mas todo um país, por ser a projeção do povo angolano, na recuperação de um passado, não com o intuito de o recomeçar, mas sim, e pelo contrário, para transfigurá-lo, tal como foi dito antes. Esta recuperação pressupõe um movimento no sentido do futuro do país, um país independente e próspero, distante da repressão que sofria durante a colonização. Deste modo, é



possível afirmar que estamos diante do que podemos chamar de oratura de combate, para recorrer à expressão de Mwaura (2007: p. 201), que nos permite dizer que, em Angola, ela antecedeu o que Ervedosa (2015: p. 34) chama de literatura de combate e vale dizer que, tendo em conta o que já referimos quanto ao tempo, a primeira está na raiz da segunda, ou seja, em Angola, a oratura de combate está na raiz da literatura de combate.

Esta lenda é das mais conhecidas de Angola, sendo a única pela qual se ergueu uma estátua numa cidade do país, a estátua do Jacaré Bangão com o dinheiro preso entre os dentes, na cidade de Caxito, o que demonstra a importância que as autoridades, pelo menos locais, dão à oratura, isto é, à cultura oral da região, especialmente, à lenda.

Podemos concluir que se verificou a relevância de *O jacaré bangão*, tanto para a região a que a lenda se refere como para o país e apontamos marcos históricos e sociais incontornáveis, sem perder de vista a sua dimensão estética, que podem dar suporte à classificação a que chegámos.

Depois uma análise profunda da perspectiva de Roman Ingarden, julgamos que, para o que se pretendia para este texto, não se adequaria aplicar a fenomenologia dos estratos, mas não deixámos de apresentar a nossa justificação, uma vez que se tratou da primeira linha que pretendíamos seguir.

Quanto ao surgimento da lenda, a análise apontou para uma convergência de marcos históricos com o ano apontado pelo nosso orador, embora se possa também ter em conta os últimos anos da colonização portuguesa em Angola como sendo o momento de ressurgimento da lenda, não restando dúvida quanto ao local a partir do texto.



A temática e as circunstâncias em torno do seu surgimento e as suas características permitiram classificá-la como lenda histórica e entender como a podemos enquadrar na oratura angolana.

Foram apresentadas, de forma sucinta, considerações conceptuais referentes à oratura, na generalidade, e à lenda, na especificidade, sem excluir outros aspetos conceptuais, como os de conto e os de mito.

Considerámos o registo da narração de um septuagenário bastante conhecido na cidade, mas recorreremos também versão recolhida por Namibiano no Ferreira e, com a necessária brevidade, fizemos referência a outras versões da mesma lenda para uma melhor compreensão, bem como para um melhor enquadramento histórico e social, que nos remeteu ao século XIX e aos últimos anos da colonização portuguesa em Angola, como atestam alguns documentos referidos ao longo do trabalho.

Pelo que foi apresentado, pensámos na reformulação do título desta narrativa e chegámos a um que se mostrou bastante sugestivo: *A lenda do jacaré bangão*.

Referências

- AGUIAR E SILVA, V. M. **Teoria da literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 2008.
- ATTRIDGE, D. Deconstruction and fiction. In: ROYLE, N. (eds.). **Deconstructions – a users guide**. Basingstoke: Palgrave, 2000, p. 107-109.
- BETTELHEIM, B. **Psicanálise dos contos de fadas**. Lisboa: Bertrand Editora, 2013.



-
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário dos símbolos**. Lisboa: Teorema, 2010.
- COLERIDGE, S. T. **Biographia literária**. Porto: Deriva, 2012.
- DERRIDA, J. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- ECO, U. **Lector in fabula**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- ERVEDOSA, C. **A Literatura Angolana**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, 2015.
- FERREIRA, N. A estória do jacaré bangão. **Ondjira Sul**, 2010. Disponível em: <http://poesiangolana.blogspot.pt/2010/09/estoria-do-jacare-bangao.html>. Acesso em novembro de 2015.
- FONSECA, M. J. M. **Introdução à hermenêutica de Paul Ricoeur**. Disponível em: www.ipv.pt/millennium/Millennium36/3.pdf. Acesso em dezembro de 2015.
- FRANCISCO, J. Bengo: mito e superstição em torno do jacaré bangão. Disponível em: http://cdn2.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/8/39/Bengo-Mito-supersticao-torno-Jacare-Bangao,4280534f-2590-484c-a636-3fff4656e919.html. Acesso em junho de 2017.
- GENETTE, G. **Palimpsestes. La littérature au second degré**. Lonrai: Édition du Seuil, 1992.
- GOVERNO PROVINCIAL DO BONGO. História e tradições dos municípios do Bongo. Disponível em: <http://www.bengo.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Historia>. Acesso em maio de 2017.



INGARDEN, R. **A obra de arte literária**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

JOLLES, A. **Formes simples**. Paris: Édition du Seuil, 1996.

MALRIEU, P. A construção do imaginário. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MARQUES, G. **Lendas de Portugal: lendas dos nomes das terras**. Lisboa: Âncora Editora, 1999.

MOISÉS, M. **A criação literária – prosa I**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

MWAURA, B. Orature of combat: cultural aesthetic of songs as political action in the performance of the Mau Mau songs. In: NJOGU, K.; MAUPEU, H. (eds.). **Songs and politics in Eastern Africa**. Nairobi: IFRA, 2007.

NUNES, S. D. M. **A arte milenar da oratura angolana e moçambicana: aspectos estruturais e receptividade dos alunos portugueses ao conto africano**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

NÚÑEZ, E. M. e TRINDADE, V. M. S. (coord.). **La casa encantada. Estudios sobre cuentos, mitos y leyendas de España y Portugal**. Mérida: Editora Regional de Extremadura, 1997.

PARAFITA, A. (Org.). **Antologia de contos populares: contos religiosos, contos novelescos, contos de fadas, contos do demónio estúpido**. Lisboa: Plátano, 2001.

PINTO, A. O. **História de Angola: da pré-história ao início do século XXI**. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2015.



PROPP, V. **Las raices historicas del cuento**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1981.

PROPP, V. **Morphologie du conte**. Lonrai: Édition du Seuil, 2015.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2016.

THIONG'O, N. **Penpoints, gunpoints and dreams towards a critical theory of the arts and the state in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 1998.